ISSN: 2358-8829

DO LOCAL AO GLOBAL: REFLEXÕES SOBRE O PROJETO FULGÊNCIO, MEMÓRIA E ENSINO DE HISTÓRIA

Vinícius Teixeira dos Santos [1]
Iracema Hermes Pires de Mélo Montenegro [2]

INTRODUÇÃO

A História, enquanto campo de saber e prática social, desempenha papel central na construção das identidades coletivas e na formação da consciência cidadã. Quando associada à memória e às experiências vividas, ela ultrapassa o espaço escolar e assume dimensões comunitárias e políticas, tornando-se instrumento de resistência e de reconfiguração simbólica do passado. É nesse contexto que se insere a presente pesquisa, voltada à análise dos efeitos da exibição do documentário sobre a Barragem de Itaparica nas comunidades do Projeto Fulgêncio, em Santa Maria da Boa Vista – PE.

A proposta não se trata de uma iniciativa de educação escolar formal, mas de uma ação de educação comunitária, fundamentada na valorização da memória, do diálogo e da afetividade como caminhos para o aprendizado histórico e social. A exibição do filme, nesse caso, não tem apenas um caráter informativo, mas atua como disparador de lembranças, sentimentos e reflexões coletivas, promovendo um encontro entre gerações e reconstruindo narrativas sobre a história local. A força do audiovisual permite que os moradores se reconheçam nas imagens e nas vozes que ali emergem, reativando memórias silenciadas e gerando novos significados sobre a própria trajetória do grupo.

A justificativa deste estudo parte da necessidade de compreender como o cinema, ao trazer à tona histórias e memórias locais, pode contribuir para a formação de uma consciência histórica crítica e para o fortalecimento dos laços de pertencimento e identidade. A Barragem de Itaparica, marco de deslocamento e reconstrução de vidas, permanece como referência de dor, resistência e superação no imaginário das

[1] Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares da Universidade de Pernambuco - UPE, teixeira260856@gmail.com;
[2] Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdiscplinares, iracema.montenegro@upe.br.

comunidades reassentadas. Nesse sentido, investigar os efeitos simbólicos e formativos da exibição do documentário constitui uma oportunidade de refletir sobre o papel da memória coletiva como prática educativa e política, especialmente em territórios marcados por grandes projetos de impacto social.

A pesquisa, de natureza bibliográfica e qualitativa, fundamenta-se em autores que discutem as relações entre memória coletiva, ensino de História, afetividade e formação cidadã (HALBWACHS, 1990; RICOEUR, 2007; GUIMARÃES; SILVA, 2012; CATELLI JÚNIOR, 2019; MACEDO, 2017; ZLATIC, 2020). Por meio da análise teórica e interpretativa, busca-se compreender como a memória, quando mobilizada por práticas educativas comunitárias, se transforma em instrumento de resistência ao esquecimento e de valorização das experiências locais.

Assim, este estudo tem como objetivo analisar de que forma a exibição do documentário sobre a Barragem de Itaparica contribui para a construção da memória coletiva e para o fortalecimento da educação comunitária no Projeto Fulgêncio, discutindo o potencial do cinema como mediador da memória e instrumento de educação histórica, refletindo sobre o papel da história local na formação da identidade e da cidadania, analisando as limitações do currículo oficial diante das experiências e saberes comunitários e evidenciando, por fim, a dimensão afetiva e política da memória coletiva em contextos de resistência e reconstrução social.

Dessa forma, o estudo pretende ampliar o debate sobre educação histórica e cidadania, demonstrando que a aprendizagem também ocorre fora dos muros da escola, nas experiências cotidianas e nas narrativas produzidas pelas próprias comunidades. Ao articular memória, afetividade e história local, busca-se reafirmar o valor das práticas educativas comunitárias como espaços de escuta, reconhecimento e emancipação, onde o ato de lembrar se torna também um ato de resistência e afirmação de identidade coletiva.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e qualitativa, fundamentada em autores que discutem as relações entre memória coletiva, ensino de História, currículo e formação cidadã. O estudo apoia-se em uma análise interpretativa de obras que oferecem

suporte teórico para compreender os vínculos entre memória, afetividade e práticas educativas, valorizando a reflexão crítica e contextualizada sobre o ensino.

Segundo Gil (2008, p. 45), a pesquisa bibliográfica "permite ao investigador examinar e interpretar o conhecimento acumulado sobre determinado tema, possibilitando novas perspectivas de compreensão". Nessa direção, a presente investigação utiliza-se dessa modalidade por oferecer uma base sólida para o aprofundamento teórico e a sistematização de diferentes contribuições já existentes na área da educação histórica.

A abordagem qualitativa foi escolhida por possibilitar uma interpretação aprofundada dos sentidos presentes nas obras analisadas, priorizando o entendimento das ideias e significados atribuídos pelos autores às categorias centrais da pesquisa. Essa postura metodológica permite construir uma leitura reflexiva, que ultrapassa a simples descrição teórica e busca relações entre conceitos, contextos e práticas educativas.

A partir da análise teórica, foram elaboradas sínteses interpretativas que articulam a memória como elemento formativo e a educação histórica como prática social de resistência e de afirmação identitária. Essa perspectiva permitiu compreender o ensino de História como um campo de disputa simbólica e política, no qual as narrativas locais e comunitárias emergem como formas de valorização da experiência e de resistência ao esquecimento.

Por fim, os resultados da pesquisa foram organizados em eixos temáticos que estruturam as discussões apresentadas nas seções seguintes do artigo. Essa organização assegura coerência entre o referencial teórico e a análise interpretativa, mantendo a perspectiva qualitativa como fundamento da construção do conhecimento e do diálogo entre memória, currículo e cidadania.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O filme como fonte histórica e disparador de memória coletiva

A exibição do documentário sobre a "Barragem de Itaparica" constituiu-se em um potente momento de rememoração e reconstrução da memória coletiva da comunidade

ISSN: 2358-8829

atingida pelo empreendimento. Mais do que um simples registro audiovisual, o filme reconta, pelas vozes dos próprios sujeitos que vivenciaram o processo de deslocamento e luta pelo reassentamento, uma história marcada por perdas, resistências e reconstruções. As imagens e depoimentos ali reunidos convocam os espectadores, especialmente aqueles que pertencem ou se relacionam com a região, a revisitarem o passado e reinterpretarem as transformações vividas, tanto no plano material quanto simbólico.

A experiência da exibição, nesse sentido, vai muito além de um ato de assistir. Ela provoca emoção, diálogo e reconhecimento mútuo entre os participantes. Muitos espectadores se veem representados nas falas e nos rostos daqueles que aparecem na tela, o que gera uma atmosfera de partilha e reconstrução coletiva da memória. O documentário se transforma em um espaço de encontro entre o passado e o presente, no qual lembranças adormecidas são reativadas e novos significados são atribuídos à história local. A narrativa audiovisual, portanto, atua como mediadora de um processo educativo e comunitário, em que o conhecimento histórico é reconstruído a partir da vivência e da emoção.

Essa perspectiva dialoga com o que defendem Júnior, Sousa e Santos (2016), ao afirmarem que o ensino de História deve ultrapassar as fronteiras do texto escrito e incorporar outras linguagens e suportes de expressão humana. Para os autores, “as fontes audiovisuais, iconográficas, orais e musicais constituem meios ricos para o desenvolvimento da consciência histórica dos estudantes, pois aproximam a aprendizagem da experiência cotidiana e dos modos diversos de narrar o passado” (JÚNIOR; SOUSA; SANTOS, 2016, p. 45). Assim, o filme sobre a Barragem de Itaparica, ao articular testemunhos, sons e imagens do cotidiano das famílias atingidas, torna-se um recurso fundamental para compreender a história local e, ao mesmo tempo, refletir sobre as contradições do desenvolvimento e das políticas públicas.

Durante a exibição, emergem relatos de vida, lembranças e sentimentos de pertencimento, revelando o potencial do cinema como instrumento de mobilização da memória. O público não é mero espectador, mas partícipe de um processo de reconstrução simbólica da própria história. Essa vivência reforça o que Halbwachs (1990) conceituou como memória coletiva, isto é, o conjunto de recordações compartilhadas que estruturam a identidade de um grupo social. No caso da comunidade atingida por Itaparica, o

documentário reativa essas memórias, permitindo que os sujeitos reafirmem sua trajetória e projetem novas formas de compreender o passado e o presente.

A exibição do filme, além de promover o resgate da memória, oferece um ambiente fértil para a reflexão crítica sobre os impactos sociais, econômicos e ambientais da barragem. Ao revisitar as lutas, as promessas não cumpridas e as estratégias de resistência, o público é convidado a problematizar as narrativas oficiais do progresso e a discutir as consequências humanas do deslocamento forçado. Essa abordagem crítica é um elemento central na formação cidadã, pois estimula a consciência sobre os direitos coletivos e a necessidade de participação ativa na vida política e social.

De acordo com Júnior, Sousa e Santos (2016, p. 62), "o uso de diferentes linguagens e fontes no ensino de História permite que o estudante desenvolva múltiplas formas de leitura do mundo, reconhecendo-se como sujeito histórico e produtor de cultura". Essa afirmação reforça a importância do audiovisual não apenas como ferramenta didática, mas como meio de emancipação e de construção de sentido. Quando a comunidade se vê e se escuta na tela, ocorre um processo pedagógico profundo: o de reconhecer-se como protagonista de sua própria história e compreender o poder das narrativas na formação da memória social.

Além disso, o recurso audiovisual tem um papel essencial na formação da cidadania crítica. O cinema, especialmente o documentário, favorece o exercício da empatia e da reflexão ética. Ele confronta o espectador com realidades que, muitas vezes, são silenciadas ou invisibilizadas, convidando-o a se posicionar diante das injustiças e das desigualdades. Como destaca Napolitano (2009), o filme pode ser entendido como "um texto cultural que, ao mesmo tempo em que informa, também forma, pois propõe leituras e visões de mundo que influenciam a construção da consciência social" (NAPOLITANO, 2009, p. 15).

No caso do documentário da Barragem de Itaparica, o potencial formativo é ainda mais evidente. Ao dar voz aos atingidos, o filme desestabiliza narrativas dominantes e valoriza saberes populares e comunitários. Ele se torna um espaço de resistência simbólica e de reafirmação identitária, fundamental para a consolidação de uma consciência histórica crítica. A comunidade, ao se reconhecer no audiovisual, fortalece sua própria capacidade de reivindicar direitos e de construir uma narrativa sobre si mesma

— uma narrativa que, muitas vezes, foi negada ou esquecida pelas instâncias oficiais da história.

Por fim, é importante destacar que a utilização do filme como fonte histórica exige uma postura investigativa e reflexiva. O docente ou mediador deve conduzir a experiência de modo a promover a leitura crítica das imagens, a contextualização histórica e o debate coletivo. O objetivo não é apenas emocionar, mas provocar análise e ação. O cinema, quando tratado como documento histórico, deve ser interrogado: quem fala? o que se cala? a quem serve essa narrativa? Essas perguntas são fundamentais para que o audiovisual cumpra sua função educativa e cidadã.

História Local e o fortalecimento da identidade comunitária

A valorização da história local tem se mostrado um caminho essencial para o fortalecimento da identidade comunitária, especialmente em contextos marcados por transformações sociais intensas, como é o caso do Projeto Fulgêncio, em Santa Maria da Boa Vista – PE. Esse projeto, resultante do processo de reassentamento das populações atingidas pela construção da Barragem de Itaparica, não representa apenas uma reorganização territorial e econômica, mas também uma profunda reconstrução simbólica das relações sociais, culturais e identitárias. A trajetória do Fulgêncio é, portanto, uma narrativa de luta e resistência, marcada pela tentativa de manter vivas as memórias, as tradições e os vínculos que definem a comunidade.

As histórias contadas pelos moradores, de enfrentamento às dificuldades, de reconstrução da vida nas novas áreas e de reafirmação dos modos de ser sertanejo e camponês, formam um tecido narrativo que expressa tanto dor quanto superação. Essa dimensão da história vivida, que brota das experiências cotidianas e das vozes locais, é o que Macedo (2017) chama de “construção situada do conhecimento histórico”, isto é, a compreensão do passado a partir das referências, lugares e sujeitos concretos que o produzem. Para o autor, “trabalhar a história local é reconhecer que os sujeitos comuns são portadores de memórias e experiências que também constroem o tempo histórico” (MACEDO, 2017, p. 88).

Nesse sentido, o estudo da história do Projeto Fulgêncio não deve ser visto como algo isolado ou periférico, mas como parte integrante da própria história nacional e regional. Ao trazer à tona as narrativas dos reassentados, o ensino da história local permite

que os estudantes se reconheçam como sujeitos históricos e se percebam como participantes de processos sociais amplos, compreendendo que o que ocorre em sua comunidade dialoga com as dinâmicas maiores da sociedade. Essa aproximação é fundamental para que a educação se torne significativa e enraizada na realidade dos alunos.

De acordo com Macedo (2017), a escola tem papel decisivo nesse processo, pois é nela que "a memória local pode ser ressignificada e transformada em objeto de reflexão histórica, contribuindo para a formação da consciência cidadã e do sentimento de pertencimento" (p. 92). Assim, o ensino da história local não apenas amplia o repertório de conteúdos, mas também fortalece o vínculo entre o estudante e seu território, promovendo o respeito à diversidade cultural e a valorização dos saberes comunitários.

O Projeto Fulgêncio, nesse contexto, pode ser entendido como um símbolo de resistência e reconstrução social. Ele representa a luta das famílias por condições dignas de vida, mas também a preservação das identidades culturais ameaçadas pelo deslocamento. As festas, as práticas agrícolas, os modos de convivência e até as lembranças do "antigo lugar" se tornam elementos de coesão e memória. A história local, portanto, atua como elo entre o passado e o presente, alimentando a identidade coletiva e reafirmando o sentimento de continuidade mesmo diante das rupturas provocadas pelo desenvolvimento imposto.

Essa leitura dialoga com as reflexões de Zlatic (2020), para quem compreender o local implica também reconhecer suas conexões com o global. Segundo a autora, "o ensino que articula o local e o global permite que o aluno perceba as interdependências entre os acontecimentos de sua comunidade e os processos mais amplos que moldam o mundo contemporâneo" (ZLATIC, 2020, p. 57). Ao estudar o Fulgêncio, por exemplo, não se fala apenas de um episódio restrito ao Sertão do São Francisco, mas de um fenômeno ligado às políticas de energia e desenvolvimento econômico nacional, às disputas por recursos naturais e à questão social das populações atingidas por grandes obras.

Essa articulação entre o local e o global é essencial para que a história local não se torne um relato fechado sobre si mesmo, mas uma porta de entrada para a compreensão crítica do mundo. Como lembra Zlatic (2020, p. 59), "pensar o local é também pensar o

ISSN: 2358-8829

global, pois os problemas, as soluções e as memórias de uma comunidade estão sempre em diálogo com as dinâmicas mais amplas da humanidade." Dessa forma, o trabalho com a história do Fulgêncio na escola ou na pesquisa acadêmica não apenas preserva a memória de um grupo, mas também contribui para que novas gerações compreendam seu papel diante dos desafios contemporâneos.

Ao se apropriar de sua própria história, a comunidade reafirma sua identidade e fortalece seu sentimento de pertencimento. A memória, quando coletivamente partilhada, torna-se ferramenta de empoderamento social e político. Os relatos de luta e resistência que emergem do Fulgêncio ajudam a formar uma consciência crítica sobre o desenvolvimento, a injustiça e a importância da participação popular na construção de alternativas sustentáveis e humanas.

Desse modo, a história local é, ao mesmo tempo, um espaço de memória e um instrumento de formação cidadã. O Projeto Fulgêncio ilustra como a reconstrução da vida e da identidade pode se tornar também uma forma de resistência política e cultural. O diálogo entre autores como Macedo (2017) e Zlatic (2020) reforça que estudar o local não significa restringir o olhar, mas ampliar a compreensão do mundo, pois é nas histórias pequenas, contadas por gente simples, que se revelam as grandes lições sobre o ser humano, a sociedade e a história.

Educação histórica, cidadania e currículo

A educação histórica constitui um espaço privilegiado para a formação cidadã, ao promover a reflexão crítica sobre o passado e o presente. Mais do que decorar fatos e datas, aprender História significa compreender as experiências humanas em suas dimensões políticas, sociais e culturais, reconhecendo as disputas de memória e poder que moldam a sociedade. O ensino de História, quando fundamentado em uma perspectiva crítica, torna-se uma ferramenta essencial para a construção de uma consciência histórica comprometida com os direitos humanos, a cidadania e a justiça social (GUIMARÃES; SILVA, 2012, p. 46).

Inserir a história local no processo educativo é uma estratégia fundamental para aproximar o conhecimento histórico da realidade vivida pelos estudantes. Ao valorizar as experiências e as narrativas de suas próprias comunidades, o aluno percebe-se como sujeito histórico e agente de transformação. Guimarães e Silva (2012, p. 51) afirmam que

ISSN: 2358-8829

o estudo da história local fortalece o senso de pertencimento e estimula a compreensão crítica das desigualdades, pois "é na leitura do lugar que o estudante compreende o espaço social que habita e os processos de exclusão que o atravessam". Nessa mesma linha, Nadai (1993, p. 28) destaca que o ensino de História deve promover a consciência social e política, estimulando o aluno a compreender as relações entre o particular e o coletivo, entre o vivido e o narrado. Assim, a história local torna-se um instrumento pedagógico capaz de revelar conflitos, resistências e lutas, contribuindo para a formação de cidadãos éticos e conscientes de seus direitos.

Contudo, esse potencial crítico e transformador encontra barreiras nas estruturas curriculares oficiais, especialmente nas determinações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Como analisa Catelli Júnior (2019, p. 88), a BNCC tende a padronizar as práticas escolares, reduzindo a autonomia docente e limitando o reconhecimento das especificidades culturais e regionais. O autor adverte que "a homogeneização curricular apaga vozes locais e enfraquece a pluralidade de experiências que deveriam compor a identidade da escola brasileira". Dessa forma, uma educação histórica voltada para a cidadania exige resistência à rigidez dos documentos oficiais, valorizando os contextos, as memórias e as realidades das comunidades escolares. A superação dessas limitações passa, portanto, pelo reconhecimento de que o currículo deve dialogar com o território e não se impor sobre ele.

Nesse sentido, o filme emerge como um recurso pedagógico de grande valor, capaz de atuar como contra-narrativa ao currículo oficial. Ao abordar experiências de grupos historicamente marginalizados, o cinema amplia as possibilidades de leitura crítica do passado e do presente. Mais do que um simples apoio visual, o filme pode constituir-se em um meio de dar visibilidade às vozes da comunidade, permitindo que os estudantes se reconheçam nas histórias contadas e desenvolvam empatia diante de diferentes realidades. Quando utilizado no contexto da história local, o audiovisual torna-se uma ponte entre memória, identidade e cidadania, favorecendo debates sobre exclusão, desigualdade e resistência. Desse modo, o ensino de História, mediado pelo cinema, rompe com a narrativa única do currículo prescrito e abre espaço para múltiplas interpretações sobre a experiência humana.

Assim, refletir sobre educação histórica, cidadania e currículo significa defender uma prática docente comprometida com a pluralidade e com a dignidade humana. É

urgente repensar o papel da escola como espaço de escuta, crítica e transformação, onde o ensino de História não apenas informa, mas forma, e forma para o diálogo, para o respeito e para a ação cidadã. A valorização da história local, a crítica à uniformização curricular e o uso do filme como expressão de vozes comunitárias são caminhos possíveis para a construção de um ensino histórico que una conhecimento, sensibilidade e compromisso social.

Memória coletiva, afetividade e ensino de História

O ensino de História é um espaço privilegiado para a reconstrução das memórias e das identidades coletivas. A sala de aula, quando tratada como ambiente de escuta e de diálogo, torna-se um lugar onde as lembranças, os sentimentos e as experiências dos sujeitos se transformam em conhecimento histórico. Nesse processo, o filme se destaca como um instrumento que mobiliza emoções, afetos e empatia, funcionando como um catalisador de aprendizagens. A exibição de obras cinematográficas permite ao estudante conectar-se com as narrativas apresentadas não apenas pela via racional, mas também pelo envolvimento emocional. A emoção, longe de ser um obstáculo ao aprendizado histórico, é um componente essencial da construção de sentido, pois ativa memórias, desperta sensibilidades e provoca reflexões sobre si mesmo e sobre o outro. Assim, a afetividade torna-se uma via potente para compreender os processos históricos, especialmente quando o conteúdo aborda dor, resistência e esperança.

O impacto emocional do cinema no ensino de História vai além da sensibilização estética. Ele provoca processos de identificação e alteridade, permitindo que o estudante reconheça a humanidade das personagens e, ao mesmo tempo, reflita sobre sua própria posição no mundo. Nesse sentido, o cinema pode servir como uma porta de entrada para a consciência histórica, pois os afetos despertados pela narrativa fílmica conectam-se à experiência coletiva, ao vivido e ao lembrado. Como observa Ricoeur (2007, p. 82), a memória é sempre uma mediação entre o individual e o coletivo, entre a lembrança pessoal e o testemunho social. A emoção compartilhada diante de um filme torna-se, assim, uma experiência de memória coletiva, que ultrapassa o indivíduo e se inscreve em um contexto social mais amplo.

Halbwachs (1990, p. 54) já afirmava que as lembranças individuais só existem na medida em que se apoiam nas estruturas da memória coletiva, ou seja, nas referências

ISSN: 2358-8829

construídas socialmente por um grupo. Aplicando esse pensamento ao ensino de História, compreende-se que o aprendizado histórico não é apenas a assimilação de informações, mas uma prática de reconexão com as narrativas e lembranças que dão sentido à existência coletiva. Ao discutir a memória da comunidade, o professor ajuda os alunos a perceberem que recordar é também um ato de pertencimento e de reconhecimento das lutas que moldam a vida social. Dessa forma, o ensino da História local e o uso de filmes que retratam experiências comunitárias tornam-se caminhos para reconstruir laços afetivos e políticos entre o passado e o presente.

A memória, portanto, não é apenas um exercício do lembrar, mas uma prática política de resistência ao esquecimento. Em comunidades atingidas por grandes projetos, como barragens, expansões agrícolas ou intervenções urbanas, a memória funciona como um contra-discurso, uma forma de manter viva a identidade e a dignidade de quem foi silenciado pelos processos de modernização. Resgatar as histórias desses sujeitos é também resistir à invisibilização imposta pelos discursos oficiais. Ricoeur (2007, p. 93) lembra que a memória tem uma dimensão ética: lembrar é um dever que se opõe ao esquecimento, sobretudo quando o esquecimento é produto da injustiça ou da exclusão. No ensino de História, essa dimensão política da memória se traduz em práticas pedagógicas que valorizam a escuta, o testemunho e o diálogo intergeracional.

Ao incorporar as memórias afetivas e coletivas no currículo, o professor contribui para a formação de uma consciência histórica sensível e engajada. O cinema, nesse contexto, é mais do que uma ferramenta didática: é um espaço de reconstrução simbólica da memória social, capaz de provocar empatia, reflexão e senso de pertencimento. A exibição de filmes que retratam o cotidiano, as lutas e as perdas das comunidades locais transforma-se em um ato político e pedagógico, que reafirma o valor da memória como patrimônio coletivo. Assim, o ensino de História ganha nova vitalidade ao unir emoção, memória e resistência, promovendo uma aprendizagem que toca o coração e desperta a consciência cidadã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise sobre a exibição do documentário da Barragem de Itaparica nas comunidades do Projeto Fulgêncio evidencia que o cinema pode se constituir como um poderoso mediador da

memória e da educação histórica fora do ambiente escolar. Ao mobilizar lembranças, afetos e narrativas silenciadas, o filme fortalece o sentimento de pertencimento e promove reflexões sobre identidade, cidadania e justiça social.

A pesquisa demonstrou que a memória coletiva, quando articulada à afetividade e à história local, torna-se uma prática educativa e política capaz de resistir ao esquecimento e de afirmar a dignidade das comunidades atingidas por grandes projetos. Nesse sentido, a educação comunitária se revela como um espaço legítimo de produção de saberes, onde a recordação se transforma em instrumento de reconstrução simbólica e de empoderamento social.

Assim, reafirma-se que a História, enquanto prática social, deve reconhecer o valor das narrativas locais e das experiências vividas, promovendo uma educação comprometida com a escuta, a memória e a formação cidadã.

Palavras-chave: Memória coletiva, Educação comunitária, Ensino de História, Cinema, Identidade.

REFERÊNCIAS

CATELLI Jr. Roberto. BNCC e a história na educação básica: um pouco mais do mesmo. In: CÁSSIO, Fernando; CATELLI Jr. Roberto (Orgs.). **Educação é a Base?** 23 educadores discutem a BNCC. São Paulo: Ação Educativa, 2019, p. 181-194.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, Selva; SILVA, Marcos. **Ensinar História no século XXI:** em busca do tempo entendido. Campinas: Papirus, 2012, p. 43-64.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 1990.

JÚNIOR, Edvaldo Pereira; SOUSA, Raimundo Nonato de; SANTOS, Marilene Aparecida dos. O uso de diferentes fontes e linguagens no ensino de História. In: FONSECA, Selva Guimarães (org.). **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2016. p. 41–65.

MACEDO, Roberto Sidnei. **História local e identidade: práticas e sentidos na educação histórica**. Salvador: EDUFBA, 2017.

NADAI, Elza. O ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva. **Revista Brasileira de História**, v. 13, n. 25/26, p. 143-162, 1993.

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2009.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ZLATIC, Carlos Eduardo. **História regional:** convergências entre o local e o global. Curitiba: Intersaberes, 2020, p. 115-156.